

# AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial  
95143 7 2007 DP SC  
Al FGC  
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

## Parlamento aprova Código Ambiental de SC

Projeto teve 31 votos favoráveis, sete abstenções e nenhum voto contrário

Com 50% das emendas parlamentares acatadas pelo relator, deputado Romildo Titon (PMDB), o plenário aprovou, dia 31, o Projeto de Lei nº 238/2008, que cria o Código Ambiental de Santa Catarina. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, entregou, dia 2, a matéria pessoalmente ao governador Luiz Henrique da Silveira.

No substitutivo global, o relator incorporou quase uma centena de emendas, que levaram em consideração as peculiaridades de Santa Catarina. A bancada do PT se absteve da votação, assim como o deputado Sargento Soares (PDT), que apresentaram emendas em destaque.

Páginas 6, 7 e 8



Com galerias lotadas, deputados discutem e votam projeto. No detalhe, governador recebe a matéria das mãos do presidente da Casa, deputado Jorginho Mello

### O futuro da água em debate

Solon Soares



Seminário discute estratégias de preservação

Página 3

Combate à corrupção ganha apoio na Capital

Página 5

Mantidas duas mensagens de veto

Página 11

### Jubileu de prata da Ampe/Blumenau

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão solene destaca 25 anos da Associação das Micro e Pequenas Empresas

Página 4

## OPINIÃO

## Um código para melhor a vida dos catarinenses

Depois de mais de seis meses de debate democrático, ouvindo a sociedade e as suas entidades mais representativas e acolhendo propostas parlamentares, conseguimos elaborar um texto consistente para o Código Ambiental, que priorizou a adequação da legislação vigente à realidade catarinense.

Foi um trabalho árduo, que exigiu meses de estudo e dedicação, mas que possibilitou um grande aprendizado, além da satisfação de participar deste importante avanço para nosso estado.

Não podemos negar que o texto original chegou à Assembleia Legislativa com muitas falhas, mas o nosso papel foi melhorá-lo através da apresentação de uma emenda substitutiva global, respeitando sempre a opinião popular, manifestada através das 10 audiências públicas realizadas em diferentes regiões do estado, dos e-mails, cartas, telefonemas recebidos ao longo do processo

de discussão da matéria e das 216 emendas parlamentares apresentadas ao texto. Na minha história política de 14 anos como parlamentar, não havia participado de discussão que gerasse tanto interesse na sociedade catarinense.

Procurei dialogar com cada parlamentar porque entendia que deveríamos consagrar o Código Ambiental como uma proposta construída com muitas mãos, pensando no melhor para todos os catarinenses. Tinha a certeza, desde o início, que seria difícil construir um consenso para uma proposta tão polêmica, mas fico feliz por saber que durante o debate muitas divergências foram superadas.

O que me preocupa são as informações equivocadas repassadas à população, de que a partir da sanção do Código Ambiental será permitido destruir o que ainda nos resta de mata ciliar. Isso não é verdade e prova que as críticas surgem de quem não conhece

o conteúdo do texto aprovado pela Assembleia Legislativa, ou tem má-fé.

O projeto traz sim grandes avanços para a política ambiental de Santa Catarina, como o programa de pagamento por serviços ambientais, previsto no código, e a isenção dos custos para a averbação de reserva legal que pesavam no bolso do pequeno agricultor.

Estou tranquilo com o resultado do trabalho que desenvolvi e tenho consciência do meu voto, que visa à melhoria da vida dos catarinenses. Contudo, se a proposta aprovada pela Assembleia Legislativa for contestada na Justiça, será que não é bom para o Brasil? Será que não é bom chamar a atenção do Congresso para a reforma do Código Florestal Nacional e para o debate deste tema tão importante?

**Deputado Romildo Titon (PMDB)**

## Código aprovado

Aprovado na última terça-feira (31) o Código Ambiental de SC, que está mais dirigido para regular o uso do solo em propriedades rurais, já apresenta vários questionamentos. A falta de estrutura dos órgãos ambientais, a forma como são abordados os agricultores na aplicação dos dispositivos legais existentes, aliado ao interesse de setores econômicos e políticos de questionar as competências da legislação federal, criaram o ambiente e o apoio popular para a proposta.

Assim nasce um Código que pretende substituir 26 leis estaduais relativas ao meio ambiente e que sustenta alguns artigos com parâmetros menos restritivos que a lei federal. O código nacional determina, por exemplo, que nas margens dos córregos e rios sejam preservados 30 metros de mata ciliar. No estadual, a distância é reduzida para 5 metros para as

propriedades de até 50 hectares e 10 metros para as maiores. Mesmo depois das catástrofes no estado, as encostas acima de 45º, não foram listadas nas APPs.

Penso que perdemos uma boa oportunidade de avançar na legislação ambiental catarinense, no sentido de encontrar o equilíbrio entre produzir e preservar.

Os agricultores presentes na votação do Código poderiam voltar confiantes que seus problemas seriam resolvidos se fosse melhorada a estrutura da Fatma, Epagri e da Polícia Ambiental; se obrigasse o governo estadual colocar em ação os instrumentos da política ambiental já institucionalizados: o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o Plano de Gerenciamento Costeiro, o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Levantamento Florístico-Florestal e a efetivação da Política Estadual de Educação Ambiental; se existissem garantias

do pagamento por serviços ambientais para aqueles pequenos agricultores que mantêm as áreas de preservação; se fossem adotados critérios científicos e estudos técnicos para definir as APPs em cada bacia hidrográfica e para a manutenção das áreas consolidadas, sem repetir os propalados erros/parâmetros da lei federal que na opinião dos defensores do código votado generaliza para todo o país os mesmos critérios, sem respeitar as peculiaridades de cada região.

O código ambiental de Santa Catarina pode mesmo ser referência nacional, de um ato de desobediência estadual, de ter ultrapassado os limites constitucionais, sendo usado para o enfrentamento com os Tribunais Federais e ao Congresso Nacional, deixando sem solução os problemas apontados durante a tramitação do projeto de lei.

**Deputado Décio Góes (PT)**

## Aprofundamento de Formação Política

O Parlamento catarinense, por meio da Escola do Legislativo, promoveu, dia 30, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, a abertura oficial do curso de "Aprofundamento de Formação Política 2009", destinado aos alunos das edições anteriores dos cursos de Formação Política ministrados pela Escola.

Recepcionados pelo presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), e pelo presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), Florian Madruga, os alunos assistiram a uma aula inaugural com o professor Fernando Coelho, doutor em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Ele proferiu a palestra "Agentes públicos pelo fortalecimento da democracia".

A palestra trabalhou o conceito de administração pública, os desafios da área no Brasil contemporâneo e o papel que deve ser exercido pelos agentes públicos dentro desse processo. "O conceito e a prática de administração pública dependem do foco do campo do saber e do contato institucional do Estado. Envolve quatro áreas de conheci-

mento: direito, economia, ciência política e administração", explicou o professor.

Segundo Ponticelli, a determinação dos alunos em se doarem às possibilidades de fazer as políticas públicas que a sociedade precisa é um dos fatores que contribuem para o sucesso do curso. "É gratificante reconhecer que, ao final de mais esta etapa, tantos agentes estarão contribuindo para a construção de políticas públicas em nosso estado", observou. Ele destacou o interesse dos cidadãos no Legislativo, que "tem mazelas, mas ainda é o mais fiscalizado, o mais cobrado, o mais transparente e o mais fortalecedor da democracia".

Já Florian Madruga falou sobre a importância do curso de formação política que transforma cidadãos em agentes públicos. "Este é o curso que temos sugerido às demais associadas da ABEL. Nosso foco é a educação no Legislativo", afirmou.

Florian ressaltou a eficiência da Escola do Legislativo catarinense. "Se eu tivesse que escolher as três melhores Escolas do Legislativo do Brasil, a de Santa Catarina estaria incluída entre elas. O trabalho que se faz aqui é modelo."

## Especialização em Assessoria Parlamentar

Será realizada, neste dia 3, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, às 19h, a aula inaugural com o tema "Questões pontuais da campanha eleitoral", do curso de "Especialização em Assessoria Parlamentar", uma parceria entre o Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC) e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo.

Com carga horária obrigatória de 360 horas, a Especialização

visa preparar futuros assessores parlamentares de modo a instrumentá-los com ferramental necessário a dar sustentação básica ao agente político, nas suas diferentes áreas de atuação.

As inscrições ainda estão abertas. Informações no Cesusc pelo telefone (48) 3239-2636 ou pelo e-mail posgrad@cesusc.edu.br. Na Escola do Legislativo pelo (48) 3221-2828 ou no endereço [www.alesc.sc.gov.br/escola](http://www.alesc.sc.gov.br/escola).

## Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Jorginho Mello (PSDB)

**1º Vice-Presidente:** Gelson Merísio (DEM)

**2º Vice-Presidente:** Jailson Lima da Silva (PT)

**1º Secretário:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** Ada De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

## Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Sandra Annuseck

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

**Clipagem:** Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

## INSTITUCIONAL

# Seminário debate futuro da água em SC e gestão de recursos hídricos

Aquífero Guarani, principal reserva de água doce da América Latina, foi um dos assuntos em pauta

O Fórum Parlamentar da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani, presidido pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), realizou, nos dias 1º e 2, o seminário "O futuro da água em Santa Catarina – gestão integrada dos recursos hídricos", reunindo diversos palestrantes e debatedores. O seminário também foi promovido pela Rede Guarani/Serra Geral, pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnologia do Estado de Santa Catarina (Fapesc) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Na abertura dos trabalhos, Renato Hinnig fez um retrospecto dos trabalhos do Fórum Parlamentar desde 2003, quando o Poder Legislativo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul iniciaram uma mobilização dos estados em torno do Aquífero Guarani. "O processo evoluiu e no ano passado assinamos um projeto, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para

contratar uma consultoria que vai fazer o levantamento de dados da Bacia do Rio Uruguai. Assim, os 149 municípios banhados pelo rio Uruguai poderão estruturar seus planos diretores com base nos dados fornecidos por este estudo", afirmou.

Requerido pelo deputado Edilson Andrino (PMDB), o seminário tratou, entre outros assuntos, da principal reserva de água doce da América Latina e uma das maiores do mundo, o Aquífero Guarani.

O aquífero estende-se pelo subterrâneo de quatro países sul-americanos, passando pelo Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, perfazendo uma área equivalente à soma dos territórios da Inglaterra, França e Espanha.

O estágio atual dos conhecimentos do aquífero foi tratado por Ricardo Hirata, hidrogeólogo e professor do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo.



No seminário, público recebe explicações sobre o aquífero, que se estende pelo subterrâneo de quatro países

Hirata abordou as ações conjuntas realizadas pelos quatro países na construção de um marco institucional, legal e técnico de manejo e proteção do aquífero

para as gerações atuais e futuras. O projeto durou cinco anos e concluiu que a área de abrangência do aquífero é de 1,087 milhão de quilômetros quadrado. Conforme

mapa hidrogeológico, sua maior ocorrência se dá em território brasileiro, com cerca de 70,2% da área total: são 840 mil quilômetros quadrados.

## Especialistas alertam para necessidade de políticas públicas

O gerente de Meio Ambiente para a Produção Hidráulica e diretor da Empresa Nacional de Eletricidade (Endesa), da Espanha, Antonio Palau Ybars, abriu o ciclo de palestras no dia 2, falando principalmente sobre a gestão integral dos recursos hídricos.

Segundo ele, o ano de 1985 foi de reflexão sobre a água naquele país. A Lei de Águas espanhola previa concessão indefinida, fato que já não acontece mais, a partir

da definição de concessão por 75 anos, até 2060. Mas os problemas lá são muitos, a exemplo do que ocorre no Brasil.

"Há escasso conhecimento das funções da água, além da ausência de atitudes sociais ambientalmente coerentes." Mas ações estão sendo empreendidas para a gestão integral fluvial, com a participação pública, gestão da demanda e uso ambiental da água. "Buscamos o equilíbrio en-

Alberto Neves



Requerente do seminário, deputado Andrino participa das discussões

tre o uso e a preservação."

O diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, focou sua palestra na promoção de ações para a preservação das águas subterrâneas, com conhecimentos hidrogeológicos. Afirmou que é preciso construir um marco legal da gestão das águas subterrâneas e formular políticas públicas nesse aspecto.

Sobre os trabalhos no setor hídrico em Santa Catarina, o diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, Flávio Brea Victoria, destacou as estratégias do Estado e ações integradas em água e recursos hídricos. Lembrou que é preciso conhecer e utilizar a água com sustentabilidade – tanto a superficial quanto a subterrânea – e trabalhar na infraestrutura e no aperfeiçoamento do manejo da água e do solo.

O presidente da Casan, Walmor De Luca, alertou para a necessidade de se fazer política de recursos hídricos.

## Onofre faz balanço de ações e lança desafios

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado, Onofre Agostini, representou o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e fez uma avaliação sobre as ações do Executivo, em especial, de sua secretaria, e destacou desafios. A estruturação técnica dos recursos hídricos, o monitoramento climático, o mapeamento das águas subterrâneas, a nova cartografia do estado e o financiamento de obras de saneamento ambiental foram destacados pelo secretário.

Onofre informou que até março de 2010 todos os municípios do país terão que apresentar um plano de saneamento básico, caso contrário não terão acesso ao Fundo de Participação dos Municípios. "O governador determinou que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável viabilizasse os recursos que vão proporcionar esta oportunidade, elaborando um planejamento de saneamento para todos os municípios."

### Investimentos

O professor Antônio Diomário Queiroz, presidente da Fundação

de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc), por sua vez, ressaltou os trabalhos realizados pelo projeto Guarani/Serra Geral, lembrou as ações de apoio da bancada federal catarinense no Congresso Nacional à iniciativa e chamou a atenção para a necessidade de investimento em pesquisas neste setor.

A professora Maria de Fátima Wolkmer, coordenadora da Rede Guarani/Serra Geral, aproveitou a oportunidade para agradecer o apoio do presidente da Fapesc, que "tem revolucionado a área de pesquisas científicas em Santa Catarina".



Onofre: plano de saneamento

## INSTITUCIONAL

# Parlamento destaca jubileu de prata da Ampe/Blumenau

Associação das Micro e Pequenas Empresas tem trajetória de vitória no associativismo empresarial

O Parlamento destacou, dia 26, o jubileu de prata da Associação de Micro e Pequenas Empresas de Blumenau (Ampe). A sessão foi requerida pelos deputados Ana Paula Lima (PT), Silvio Dreveck (PP), Dirceu Dresch (PT) e Jean Kuhlmann (DEM). Com a missão de representar e apoiar as micro e pequenas empresas por meio de associativismo empresarial, foi criada a Acimpevi, atual Ampe, em 29 de março de 1984. A solenidade reuniu empresários e autoridades.

A Ampe/Blumenau, uma sociedade sem fins lucrativos, surgiu devido a uma série de acontecimentos, como a enchente que ocorreu no mesmo ano de sua fundação. Segundo Ana Paula Lima, Blumenau tem como uma de suas principais características promover festejos diante das adversidades vividas.

"Blumenau é um município feito de pessoas fortes e a Ampe é prova disso. Há 25 anos comerciantes tiveram coragem de construir esse patrimônio que hoje eu considero um império. É um trabalho de gigantes", disse. A parlamentar lembrou que a entidade batalhou muito e como ganho para esse esforço veio a Lei das Micro e Pequenas Empresas.

Silvio Dreveck lembrou que a

associação representa muito para Santa Catarina, já que são 25 anos trabalhados. "É um momento de reconhecimento pelo trabalho feito e um incentivo de crescimento dessas empresas que fazem muito pela sociedade", disse.

## Harmonia

A Ampe também visa promover, estimular, propor, conveniar, contratar e apoiar medidas que permitam à micro e pequena empresa o desenvolvimento harmônico de suas atividades. "É um sonho realizado de uma luta de um segmento. As coisas não nascem grande, elas ficam assim com seu esforço", falou Pedro Cascaes Filho, fundador da entidade.

A atual presidente da Ampe, Sônia Medeiros, destacou as vitórias. "O Simples foi a nossa maior vitória. Ele permite que as pequenas e microempresas continuem de portas abertas".

Também presente na sessão, o deputado Giancarlo Tomelin (PSDB) destacou a participação da entidade em todos os municípios onde está sediada. "Com certeza, a Assembleia resolveu homenagear a Ampe pelo seu belo trabalho. É também um estímulo para mais 25 anos de crescimento."



Autoridades e empresários participam da homenagem pelos 25 anos de atuação de entidade blumenauense

## Lançados monumento, selo e carimbo

Após a sessão solene, foram lançados o concurso "Monumento Empreendedor", o selo e o carimbo Jubileu de Prata, homenageando a instituição, bem como o convênio firmado entre Ampe e Senai, que vai promover cursos de treinamento e capacitação aos associados. O livro "Financiamento de projetos em Santa Catarina", de Regina Ball-

mann, também foi lançado.

Foram homenageados na solenidade o prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinubing (DEM); o vice-prefeito, Rufinus Seibt (PMDB), e Sônia Medeiros, presidente da Ampe.

Em seu discurso, o deputado Ismael dos Santos (DEM), que também é do município, afirmou que a entidade tem uma bandeira

significativa. "Ela cria empregos e trabalha em cima de três virtudes: iniciativa, coragem e a ética, tão necessária nos dias de hoje. Quem sabe faz a hora e não espera acontecer. E vocês não esperaram. Parabéns".

Estavam presentes a deputada federal Angela Amin (PP), os ex-governadores Paulo Afonso Vieira (PMDB) e Esperidião Amin (PP).

## Sessão solene homenageia centenário da Assembleia de Deus no Brasil

Com mais de 8 milhões de seguidores no Brasil e aproximadamente 150 mil fiéis em Santa Catarina, a igreja Assembleia de Deus comemorou seu cente-

nário, dia 30, em sessão solene promovida pelo Parlamento para homenagear a trajetória da religião no país. Requerida pelo deputado Kennedy Nunes (PP),

a solenidade reuniu autoridades civis e religiosas, entre eles o prefeito Dario Berger (PMDB), o secretário de Estado Valdir Vital Cobalchini, representando o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o Pastor José Wellington, presidente nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

Na condição de proponente do evento e membro da igreja, Kennedy Nunes disse que os assembleianos são os percussores da pentecoste no Brasil.

"O mundo está vivendo uma realidade dura com relação ao aumento da violência. Por isso, neste momento de adoração ao Senhor, é fundamental ressaltar que existe salvação para essas pessoas que praticam o mal.

Basta conhecer Jesus. Com esse propósito, é uma honra celebrar esta data tão importante no Poder Legislativo", destacou.

Além de prestigiar a homenagem, diversos parlamentares, entre eles a deputada Professora Odete de Jesus (PRB) e deputados Ismael dos Santos (DEM), Joares Ponticelli (PP) e Manoel Mota (PMDB), falaram sobre a importância da doutrina no país.

Segundo a Professora Odete, há mais de 30 anos é praticante da religião e considera seu ingresso na doutrina uma salvação.

"Cheguei à Assembleia de Deus no momento mais difícil da minha vida, quando passei por sérios problemas de saúde, e lá encontrei a salvação", lembrou.

## Pastor José Wellington recebe placa

Na sessão solene, o deputado Kennedy Nunes entregou uma placa, em nome do Poder Legislativo, ao pastor José Wellington. O religioso observou que o trabalho da igreja evangélica busca, além de pregar a palavra de Deus, através de seus ensinamentos, construir um mundo melhor.

Entre as homenagens, houve a apresentação do grupo "Dedos de Davi", composto pelo deputado Kennedy Nunes, sua mãe Zenaide, sua irmã Zinete, e seu irmão, o pastor Claudinei, que tocaram o hino "Harpa de Davi". Considerada uma comunidade protestante, segundo os princípios da Reforma Protestante pregada por Martinho Lutero contra a Igreja Católica, no século 16, a Assembleia de Deus prima pela ortodoxia doutrinária.



Deputado Kennedy Nunes (D), na apresentação de "Dedos de Davi"

## INSTITUCIONAL

Fotos: Carlos Kilian



Mais de três mil pessoas, com destaque para o público jovem, participam do movimento no trapiche da Avenida Beira-Mar Norte, em Florianópolis

# Movimento contra corrupção ganha ruas

Com apoio da Assembleia Legislativa, campanha é promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina em parceria com Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral da União e Associação Catarinense do Ministério Público

## Denise Arruda Bortolon

Mais de três mil pessoas foram ao trapiche da Beira-Mar Norte, em Florianópolis, dia 27, dizer "não" à corrupção. A mobilização pelo Dia Internacional de Combate à Corrupção integra a campanha "O que você tem a ver com corrupção", promovida pelo Ministério Público (MP-SC), com o apoio da Assembleia Legislativa.

A Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) e a CGU (Controladoria Geral da União) são parceiras da campanha, que tem objetivo de ajudar a prevenir atos de corrupção, acabando com a impunidade, além de educar

e estimular as novas gerações.

A mobilização estava inicialmente agendada para dezembro passado, mas foi transferida em virtude das fortes chuvas que atingiram o estado. Durante o ato foram divulgados os nomes dos alunos vencedores do 2º Concurso de Desenho e Redação sobre o tema, promovido pela Controladoria-Geral da União.

O coordenador-geral da campanha, promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto, do MPSC, lembrou que a mobilização foi realizada nas demais capitais brasileiras e no Distrito Federal no dia 9 de dezembro, data instituída pela ONU como Dia Internacional de Combate à Corrupção. Ele explicou que a campanha

não tem a pretensão de acabar com a corrupção, mas conscientizar a sociedade sobre a importância de inibir grandes e pequenos desvios. "A campanha trabalha com dois vieses: acabar com a impunidade e estimular as novas gerações a não cometer pequenos desvios que também são atos corruptos", declarou.

Ao representar o Parlamento catarinense, o deputado Cesar Souza Júnior (DEM) considerou o evento uma oportunidade de combater "o pior mal existente em nosso país e o que mais prejudica o seu crescimento". O parlamentar também mencionou atos corruptos que devem ser combatidos, entre eles a venda de votos.

## Catarinense vence concurso

A estudante Thais Cristine Klein, 13 anos, de Jaraguá do Sul, foi vencedora nacional entre alunos do oitavo e nono anos.

A redação de Thais recebeu o título "Exemplos dentro de casa sobre a corrupção". "Foi uma honra ter ficado em primeiro lugar, principalmente, porque a corrupção não é cometida somente pelos políticos. São coisas que a gente também faz", observou a estudante.



Thais, 13 anos, é de Jaraguá do Sul

## Personalidades assumem luta contra impunidade

O ator Milton Gonçalves, que interpretou o papel do político corrupto Romildo Rosa, da novela "A Favorita" (Rede Globo), também participou do encontro. Ele lembrou o personagem durante a abertura do ato de mobilização e demonstrou como a corrupção pode prejudicar a sociedade. Milton acrescentou que a luta contra a corrupção é árdua e difícil. "Sempre usei o meu talento para melhorar a qualidade de vida, a moral e a dignidade humana na sociedade, e cada um tem que usar as suas ferramentas para disseminar esta ideia", sugeriu.

Ídolo da nova geração, o ator Rafael Almeida (que interpretou Gustavo no seriado "Malhação") deixou as estudantes eufóricas e



Milton Gonçalves e deputado Cesar Souza Júnior engajados na luta

usou a sua influência para salientar a importância de sermos cidadãos mais conscientes. "O jeitinho brasileiro não deve ser aquele de se dar bem a qualquer custo e este ato é

um grande passo para reverter este pensamento. São pequenas atitudes que vão fazer a diferença e nós já estamos fazendo a nossa parte para mudar o país", advertiu.

## Segundo Tempo vai atender 30 mil crianças

Com a missão de incluir socialmente crianças e adolescentes carentes através da prática do esporte e do lazer, foi lançada dia 26, no Auditório Antonieta de Barros, a edição de 2009 do Programa Segundo Tempo. Idealizado pelo Ministério do Esporte, o programa é executado em Santa Catarina pelo Instituto Contato, desde 2007, em parceria com a Fundação Banco do Brasil/BESC, Eletrosul, prefeituras e associações.

Para este ano, o programa vai atender 30 mil crianças e adolescentes - 10 mil a mais do que em 2008 - sendo 250 núcle-

os distribuídos em 77 cidades. "O programa funciona como um contra-turno escolar, por isso o nome Segundo Tempo", explica o assessor especial e representante do ministro do Esporte, João Ghizoni.

As crianças frequentam o programa no tempo ocioso depois da escola, evitando envolvimento com a marginalidade. Em Santa Catarina, o governo federal investe R\$ 6 milhões por ano que, somados às parcerias, garantem estrutura física para a prática de esportes, além da alimentação, uniforme e equipe profissional.

## INSTITUCIONAL

## Os principais pontos

• **Área de Preservação Permanente (APPs):** são consideradas como APPs as florestas e demais formas de cobertura vegetal situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso de água, em banhados de altitude, nas nascentes e no topo de morros e montanhas.

**Hoje:** o Código Florestal determina o recuo mínimo de 30 metros a partir das margens, sem distinção entre pequenas e grandes propriedades

**Com o código:** fica determinado que a largura de APP ao longo dos rios ou de qualquer curso de água tenha o limite de 5 metros para propriedades de até 50 hectares. Acima desse patamar, o menor recuo será de 10 metros, podendo variar de acordo com estudos técnicos elaborados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) que justifiquem a adoção de novos parâmetros. A matéria não autoriza a supressão de vegetação.

• **Programa de Pagamento por Serviços Ambientais:** programa que possibilita remuneração aos proprietários que prestam serviços ambientais à sociedade e ao meio ambiente, como por exemplo, a proteção da água, do solo e da biodiversidade.

**Hoje:** inexistente.

**Com o código:** o programa será regulamentado por lei específica. Pelo projeto, o Poder Executivo tem 180 dias para enviar a matéria à Assembleia Legislativa.

• **Jaria:** a Junta Administrativa Regional de Infrações Ambientais é o órgão julgador intermediário entre Fatma e o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

**Hoje:** inexistente.

**Com o código:** da decisão da Jaria cabe recurso ao Consema. A Junta será composta por um representante da Fatma, um da Polícia Militar Ambiental, um da Secretaria de Desenvolvimento Regional relativa à unidade regional da Fatma e três representantes do setor produtivo. A Jaria será presidida pelo representante da SDR correspondente, que terá voto de desempate.

• **Campos de Altitude:** vegetação típica de ambientes montanhosos, encontrada geralmente nas serras de altitudes elevadas e nos planaltos.

**Hoje:** segue resolução do Consema.

**Com o código:** estabelece que nas altitudes acima de 1.500 metros ficam permitidas como atividades econômicas a pecuária e outras ligadas ao turismo sustentável. Em altitude superior a 1.800 metros, será considerada Área de Preservação Ambiental (APA) toda e qualquer vegetação.

• **Licenciamento ambiental:** procedimento administrativo que licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais.

**Hoje:** Não existe determinação de prazo para concessão.

**Com o código:** na concessão da Licença Ambiental Prévia (LAP) o prazo máximo será de três meses, a contar do protocolo do requerimento. Para os empreendimentos de pequeno impacto ambiental será adotado o licenciamento ambiental simplificado, devendo ser realizado no prazo máximo de 60 dias.

• **Área Consolidada:** é a área na qual existem atividades agropecuárias e pesqueiras de forma contínua.

**Hoje:** não há regimento.

**Com o código:** a matéria estabelece regras que indicarão, em casos específicos, medidas que abranchem e permitam a continuidade das atividades existentes nestas áreas.

• **Parcelamento do solo:** foram suprimidos os artigos que tratavam do parcelamento do solo. Como não houve debate nas audiências públicas realizadas em 2008, o relator entendeu que a questão é contemplada pelo Estatuto das Cidades e Plano Diretor.

# Legislativo autoriza projeto que cria Código Ambiental de Santa Catarina

Com 50% das emendas parlamentares incorporadas, projeto de origem do Executivo recebeu 31 votos a favor, registrou sete abstenções e nenhum voto contrário

A Assembleia Legislativa aprovou dia 31 o Projeto de Lei nº 238/2008, que institui o Código Ambiental de Santa Catarina. Depois de um debate intenso, presenciado por manifestantes favoráveis e contrários à matéria que lotaram não só as galerias como também o hall da Casa e a Praça Tancredo Neves, o PL recebeu 31 votos a favor e sete abstenções, seis da bancada do PT e uma do deputado Sargento Soares (PDT), sem nenhum voto contrário. Não foram computados os votos dos deputados José Natal Pereira (PSDB), ausente à sessão, e do deputado Genésio Goulart (PMDB), que não participou da votação.

O Código Ambiental foi encaminhado pelo Executivo em julho de 2008. Desde então recebeu 216 emendas parlamentares, sendo que aproximadamente 50% delas foram acatadas pelo relator. A matéria possui 306 artigos e compila 26 leis estaduais relacionadas ao meio ambiente.

Em defesa da proposta, o deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB, destacou as 10 audiências públicas que discutiram a matéria. “Com base numa criteriosa análise e com a participação de diversas entidades construímos uma proposta que coloca Santa Catarina na vanguarda das políticas ambientais, procurando atender às necessidades particulares que o estado possui, contemplando o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente”, afirmou.

Líder do governo, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) criticou a penalização dos produtores rurais por conta da legislação ambiental vigente, destacando que o parlamentar tem o compromisso de estar sincronizado com os pleitos da população. “Estamos aperfeiçoando as normas ambientais de forma que atendam às particularidades de nossa região. Procuramos harmonizar e dar condições aos produtores de manter seu sustento e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais do estado”, afirmou o líder.

Antes de iniciada a ordem do dia, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), comunicou o re-

cebimento do ofício circular proveniente do Ministério Público Federal, e assinado pela procuradora da República Análucia Hartman, sugerindo que a votação fosse cancelada.

Em sua argumentação, a procuradora afirma que a Constituição Federal define expressamente a competência da União para a elaboração das leis ambientais. O presidente registrou o envio tardio do ofício, bem como frisou que “a Assembleia Legislativa é um Poder independente e autônomo”. Quanto à alegada inconstitucionalidade, o líder do governo afirmou que “a Casa Legislativa não é um tribunal”.

## Busca do consenso

Ainda antes da ordem do dia a sessão foi suspensa por 15 minutos na busca do consenso em relação aos pontos ainda conflitantes: as Áreas de Preservação Permanente, o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, os campos de altitude, a composição da Junta Administrativa por Serviços Ambientais, as áreas consolidadas e o parcelamento do solo. Sem chegar a um denominador comum, a sessão foi reaberta, sendo apreciadas, no primeiro momento, as 10 emendas em destaque (leia ao lado). Após a rejeição dos destaques ocorreu a votação do substitutivo global ao Código Ambiental, aprovado por 31 parlamentares. Sete deputados estaduais se abstiveram de votar e nenhum voto contrário à matéria foi registrado.

Também ocuparam a tribuna para defender a matéria as deputadas Ada De Luca (PMDB) e Professora Odete de Jesus (PRB), e os deputados Elizeu Mattos e Moacir Sopelsa, do PMDB, Giancarlo Tomellini e Marcos Vieira, do PSDB, Joares Ponticelli, Reno Caramori, Kennedy Nunes, Lício Mauro da Silveira e Silvio Dreveck, do PP, Gelson Merísio, Cesar Souza Júnior e Jean Kuhlmann, do DEM, Dagomar Carneiro (PDT) e Professor Sérgio Grandó (PPS).



Com as galerias lotadas, Parlamento tem dia histórico com a votação e a aprovação do mais complexo projeto de lei do ano, que engloba 26 leis estaduais

## Emendas em destaque não são aprovadas

O texto do relator foi aprovado sem emendas em destaque, mesmo que algumas tenham conquistado adesão de parlamentares de diferentes partidos, inclusive da base do governo. Colocada em votação a matéria, o PT e o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) pediram que suas emendas fossem apreciadas. Os petistas apresentaram nove delas, enquanto Soares contribuiu com uma.

As emendas do PT tratavam da conceituação de agricultor familiar e de campo de altitude; pagamento de serviços ambientais; regularização ambiental de tanques, viveiros, açudes, pequenos reservatórios e lagoas destinados à aquicultura; criação do Fundo de Compensação Ambiental; utilização de Áreas de Preservação Permanente; composição da Junta Administrativa por Serviços Ambientais; alternativa para famílias e ou comunidades pesqueiras. Soares apresentou emenda no sentido de autorizar o uso de armas pela Polícia Militar Ambiental no policiamento do meio ambiente.

## PT comemora incorporação de propostas

Bancada que apresentou o maior número de emendas ao projeto, o Partido dos Trabalhadores foi a principal voz dissonante em relação à matéria. “O PT não mediu esforços para analisar, debater e aperfeiçoar o projeto. Ciente da complexidade do tema, a bancada dialogou com vários segmentos da sociedade, inclusive através da realização de reuniões e seminários, na busca de proposições que sanassem os problemas no texto”,



Deputados Jailson, Góes e Dresch na discussão da matéria em plenário

observou o líder Dirceu Dresch.

Segundo o deputado, o processo resultou na formatação de 145 emendas. “Buscamos melhorar a estrutura do texto e adequá-lo à técnica e legislação vigente, incluindo dispositivos importantes previstos em lei federal, mas que não estavam prescritos na proposição, avançando na concepção de instrumentos econômicos voltados à conservação e preservação ambiental”, argumentou Dresch.

Nesta mesma direção manifestaram-se a deputada Ana Paula Lima e os deputados Pedro Uczai, Jailson Lima, Pedro Baldissera e Décio Góes, todos do PT.

Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Casa, Góes destacou que a discussão do código foi um processo educativo e teve avanços. “O substitutivo incorporou uma série de propostas da bancada.”

Entre elas, estão os conceitos de pequena propriedade ou posse rural e serviços ambientais; a gratuidade na averbação da reserva legal pelo pequeno produtor; exclusão de medida que previa deferimento automático de requerimento, caso não fosse respondido em tempo hábil pelo órgão ambiental (60 dias); adoção de dispositivo prevenindo o uso econômico sustentável da Área de Preservação Permanente, especialmente no caso de pequenos proprietários rurais; inclusão dos termos da Portaria da Fatma prevendo uso de APP para compor reserva legal na propriedade rural; e substituição do termo ‘servidão florestal’ por ‘servidão ambiental’, considerado alinhado à legislação federal.

## Elogios suprapartidários

Elogiado por todos os partidos pela disponibilidade em ouvir as propostas e trabalhar pelo consenso, o relator Romildo Titon (PMDB) destacou que em seus 14 anos no Parlamento nunca viu um projeto com tanto interesse e participação da sociedade.

“Audiências foram realizadas, representantes de todos os setores apresentaram sugestões, parlamentares tiveram emendas acatadas, técnicos foram convocados, buscamos pareceres junto à OAB, tudo na busca de uma ampla participação na construção deste processo. É uma proposta



Titon: busca pelo consenso

da sociedade catarinense e vai ao encontro do que foi sugerido nas 10 audiências realizadas.”



Em reunião, comissões dão aval ao parecer do relator

## Substitutivo acata mudanças em sintonia com a Constituição

Antes da votação em plenário, os deputados das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Finanças e Tributação, de Agricultura e Política Rural, e de Turismo e Meio Ambiente, realizaram uma reunião simultânea, dia 31, no Auditório Antonieta de Barros, e aprovaram o substitutivo global ao Código Ambiental de Santa Catarina. O parecer adotado pelos relatores das comissões foi apresentado pelo presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), e aprovado por maioria nas quatro comissões.

A bancada petista optou pela abstenção na tentativa de, até a hora da votação em plenário, avançar em pontos considerados por eles como centrais. O líder do PT, Dirceu Dresch, apresentou novas emendas que não foram acatadas pelo deputado Titon, argumentando que o acordo firmado entre todos os parlamentares previa a apresentação dos termos da Portaria da Fatma prevendo uso de APP para compor reserva legal na propriedade rural; e substituição do termo ‘servidão florestal’ por ‘servidão ambiental’, considerado alinhado à legislação federal.

em subemendas, para possibilitar a votação em destaque em plenário.

No substitutivo, das 216 emendas parlamentares, Titon acatou as consideradas constitucionalmente adequadas e as que levaram em consideração as peculiaridades de Santa Catarina em relação aos demais estados. Também no aspecto da constitucionalidade, disse ter valorizado as normas de caráter geral que prestigiam a normatização de situações específicas, reservando à legislação federal apenas a competência para estabelecer “normas gerais” conforme o artigo 24 da Constituição Federal.

Segundo orientação do Ministério Público Estadual (MPE), foi excluído o Inciso 5º do Artigo 25, que previa que o Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento gerencia os recursos dos termos de ajuste de conduta firmados entre o MPE e os responsáveis por atividades potencialmente poluidoras.

**Participaram da cobertura:** Andreza de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas e Scheila Dziedzic

## INSTITUCIONAL

# Jorginho Mello leva projeto ao Executivo

Com objetivo de acelerar a sanção, presidente da Assembleia entrega Código Ambiental ao governador

**Tatiani Magalhães**

Em visita ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), dia 2, no Palácio da Agrônômica, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), entregou em mãos o PL nº 238/08, que cria o Código Ambiental do Estado, aprovado em plenário no dia 31 e considerado o projeto mais importante apreciado pelo Legislativo nos últimos anos.

De acordo com o presidente, a intenção do gesto foi agilizar a sanção da matéria, para que a lei possa vigorar em Santa Catarina em caráter de urgência.

“Resultado do trabalho dos 40 parlamentares, o projeto é fundamental para os catarinenses. Temos que usar nosso território, porém

preservar a natureza. Respirar ar puro representa produzir com qualidade”, lembrou.

Honrado com o papel do Parlamento catarinense, Jorginho Mello adiantou que estará convocando nos próximos dias um representante de cada partido para acompanhá-lo a Brasília onde fará a entrega do novo código aos presidentes do Senado, José Sarney (PMDB/AP), e da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP). “Com a iniciativa em Santa Catarina é possível que outros estados possam construir sua legislação ambiental”.

Ao receber o projeto, Luiz Henrique salientou a importância da nova legislação para o estado. “A legislação aplicada em Santa Catarina

é péssima para a agricultura, pois os produtores são perseguidos pelos membros da fiscalização. Não é culpa dos que fiscalizam, mas da lei anterior que obrigava. Com o novo código a agricultura, a produção vai ser beneficiada”, frisou.

## Campos Novos

No encontro, foi anunciado que o Código Ambiental será sancionado, no dia 13 de abril, no município de Campos Novos, às 14 horas. Segundo Luiz Henrique, a decisão em conjunto com o presidente Jorginho Mello, de sancionar a lei no Oeste catarinense, é uma homenagem ao deputado Romildo Titon (PMDB), relator do projeto e presidente da Comissão de Constituição e Justiça.



Jonas Lemos Campos

Presidente da Assembleia com o governador Luiz Henrique da Silveira

## Produtores rurais manifestam apoio

Mais de cinco mil pessoas, em sua maioria agricultores de todas as regiões do estado, acompanharam a aprovação do Código Estadual Ambiental nas galerias do plenário e por telões no hall da Casa e na Praça Tancredo Neves. Líderes, produtores e empresários rurais consideram que as normas ambientais brasileiras são complexas e sem objetividade. “Elas restringem e comprometem a viabilidade econômica da produção agropecuária”, disse Marcos Zordan, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc).

Os produtores encaminharam, no último dia 19, um abaixo-assinado com 62 mil assinaturas favoráveis ao presidente da Assembleia, deputado Jorginho Mello (PSDB). “O código nacional é de 1965 e está

defasado. Defendemos um código moderno, tecnicamente viável e preocupado com o meio ambiente. Somente esse novo código ambiental evitará a paralisação da agricultura catarinense”, avaliou Zordan. “Destaco como principal reflexo desse código a manutenção do produtor no meio rural.”, disse.

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Hilário Gottselig, o projeto vai garantir o equilíbrio entre a produção agrícola e o meio ambiente. O vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc), Enori Barbieri, criticou o código nacional. “As normas federais são excessivas, incoerentes e irreais, e inviabilizam agricultura, a pecuária e o agronegócio no país.”

Eduardo Guedes de Oliveira



Com faixas, agricultores dão respaldo ao projeto do Executivo

## Ambientalistas de Atalanta e Blumenau são contrários

Nas galerias do Plenário Osni Régis, ambientalistas contrários ao projeto também se posicionaram. Para a representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), de Atalanta, no Alto Vale do Itajaí, Tatiana Arruda, o projeto é inconstitucional porque atende apenas aos interesses dos agricultores. “Muitos artigos estão em conflito com a Constituição e outras leis federais. Isso vai gerar confusão no trabalho dos órgãos ambientais. É uma batalha contra o meio ambiente.”

Tatiana também não concorda com o argumento de que não é possível cumprir a legislação ambiental, conforme afirmam alguns. “Não é verdade que a legislação pune os pequenos agricultores. Isso é um discurso fácil e que esconde outros interesses”, disse.

A representante do Instituto Esquilo Verde, de Blumenau, disse que o projeto não é coerente e facilita muito o licenciamento ambiental. “Os ambientalistas não foram ouvidos. Muitos pontos desse projeto merecem ser mais bem analisados.” Ela também afirmou que os agricultores devem receber mais esclarecimentos sobre o assunto. “Os agricultores precisam se informar mais”.

O Movimento pelo Código Ambiental Legal, composto por 55 entidades de diversas áreas, também demonstrou contrariedade ao PL. nº 238/08. Sandra Momm Schult, que falou em nome do movimento, renomeou o projeto. Para ela, o projeto deveria ser chamado de “código rural”. “É um código rural e não ambiental. Não representa a coletividade dos interesses dos catarinenses”, afirmou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Nas galerias, entidades e ambientalistas criticam a proposta

## GERAL

# Audiência cobra instalação de Defensoria Pública em SC

Estado é único do país a não contar com órgão, contrariando dispositivo constitucional

Dezenas de pessoas lotaram o plenário do Bloco R da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó), dia 26, para pedir a implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina, único estado do país que ainda não conta com o órgão, contrariando o que está previsto na Constituição nacional. Foi a primeira de seis audiências públicas propostas pelo deputado estadual Pedro Uczai (PT) e que serão realizadas este ano pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembleia Legislativa, em parceria com o Movimento pela criação da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Todos os participantes puderam se manifestar e ouvir o público que, em sua grande maioria, se posicionou favorável à criação da Defensoria Pública no Estado. Para o deputado Pedro Uczai, a audiência surpreendeu positivamente pela grande quantidade de pessoas que compareceu e também pela

representatividade de profissionais e lideranças. "Foi um debate muito importante e com muito conteúdo. A presença de vários profissionais que trabalham com esta temática em diferentes setores da sociedade gerou importantes reflexões e nos sensibilizou ainda mais para a necessidade de Santa Catarina contar com a Defensoria Pública, um direito do cidadão", disse Uczai.

De acordo com a coordenadora do curso de Direito da Unochapecó e integrante do Movimento pela Criação da Defensoria Pública em Santa Catarina, professora Maria Aparecida Lucca Caovilla, a audiência pública foi positiva porque permitiu dar mais visibilidade ao tema perante a sociedade. "Percebe-se que a sociedade está passando a conhecer esse direito e está se engajando na luta por sua concretização. A partir de agora o movimento ganha ainda mais força e mobilização", reforça a professora.



Chapecó abre ciclo de reuniões requeridas pelo deputado Pedro Uczai à Comissão de Direitos e Garantias

## Abaixo-assinado para cobrar implantação

A audiência pública apontou para a necessidade de ampliar a mobilização através de um abaixo-assinado coordenado pelo Movimento pela Criação da Defensoria Pública em Santa Catarina. O objetivo é alcançar cerca de 40 mil assinaturas (1% do número de eleitores do Estado) para poder ingressar com um Projeto de Iniciativa Popular na

Assembleia Legislativa.

A Unochapecó vai disponibilizar um quiosque no campus para a coleta de assinaturas, e várias entidades também vão auxiliar no trabalho. Entre os sites que contêm informações sobre o abaixo-assinado, estão o [www.unochapecó.edu.br/defensoria](http://www.unochapecó.edu.br/defensoria) e [www.pedrouczai.com.br](http://www.pedrouczai.com.br).

### Próximas reuniões

**Joinville** - 22 de abril  
**Florianópolis** - 19 de maio  
**Lages** - 17 de junho  
**Criciúma** - 22 de julho  
**Blumenau** - 19 de agosto

## Encerradas inscrições para vaga no TCE

Terminou dia 30 de março, às 19 horas, o prazo para inscrições aos interessados em ocupar a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Responsável por receber os nomes, o 1º secretário da Assembleia Legislativa, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), comunicou que 18 pessoas postulam o cargo. Qualquer cidadão com mais de 35 anos e menos de 65 pode concorrer à vaga do conselheiro Moacir Bertoli, que pediu aposentadoria da função. As inscrições foram divulgadas no Diário Oficial da Casa e em jornais de circulação estadual.

Segundo Sopelsa, "as inscrições foram feitas com transparência, tiveram apoio e instruções da assessoria da Casa e utilização de um protocolo digital". O 1º secretário ainda destacou que a lista com os candidatos será encaminhada à Mesa, que constituirá uma Comissão Especial composta por sete membros, respeitada a proporcionalidade das representações partidárias, para em até 10 dias analisá-la, conferindo os documentos apresentados.

Os nomes avaliados pela Comissão Especial serão encaminhados à Mesa, cabendo ao presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), providenciar sua publicação e inclusão na ordem do dia para votação em Plenário.

O nome é escolhido em turno único e pelo voto secreto da maioria relativa. Em caso de empate, será escolhido o mais idoso. Concluída a votação, o presidente proclamará o resultado e a Mesa editará o decreto legislativo, enviando cópia ao governador para que proceda a nomeação do indicado.

De acordo com a Constituição Estadual - artigo 61, inciso I, parágrafo 3º -, na primeira, segunda, quarta e quinta vagas de conselheiro do TCE a escolha é de competência da Assembleia Legislativa. As outras três vagas, com a aprovação do Parlamento, são nomeadas pelo governador. Uma delas é de livre nomeação e duas são escolhidas, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao TCE, indicados em lista triplíce, segundo critérios de antiguidade e merecimento.



Sopelsa: 18 postulam cargo

### Conselheiro

O conselheiro Moacir Bertoli, que era o mais antigo integrante do corpo deliberativo do TCE de Santa Catarina, apresentou, no último dia 3 de março, seu pedido de aposentadoria. Nomeado como conselheiro no dia 4 de junho de 1986, se aposenta depois de mais de 48 anos de exercício de atividades públicas e privadas. Só no TCE foram quase 23 anos.

Antes de ingressar no Tribunal de Contas, Bertoli foi prefeito de Taió por duas vezes e deputado estadual por três legislaturas.

### Saiba mais

O Tribunal de Contas do Estado, responsável por verificar se os administradores aplicam de acordo com a lei o dinheiro pago pelos cidadãos na forma de impostos, é composto por sete conselheiros. O TCE apura denúncias de irregularidades na gestão de recursos públicos e responde a consultas

para esclarecer dúvidas dos gestores sobre a aplicação de leis e normas. Também ajuda a evitar desperdícios, desvios, fraudes e atos de corrupção, inclusive em licitações para serviços, obras e compras. O órgão é responsável por fiscalizar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### Inscritos

(Ordem de preenchimento da ficha de inscrição)

- Luiz Antonio Costa
- Clarisse de Abreu
- José Gilberto da Silveira
- Roberto Luiz Salum
- Herneus de Nadal
- Euclídes Rosa
- Anadir Giancesini Modesti
- João José Raimundo
- Tânia Dioneis S. Goulart
- Pedro Paulo Schramm
- Neli de Souza Pinto
- Jonas Manoel Machado
- Marcelo Henrique Pereira
- Flávio da Cruz
- Luiz Fernando Ferreira Costa
- Celso Guerini
- Rogério Peninha Mendonça
- Renato Hinnig

## COMISSÕES

# Finanças dá sinal verde para Parque da Grande Florianópolis

Área com 21 mil metros quadrados será sinônimo de inclusão social e qualidade de vida para Continente

Andreza de Souza

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, dia 1º, o Projeto de Lei nº 33/08, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que cria o Parque Metropolitano da Grande Florianópolis, numa área de aproximadamente 21.395 metros quadrados.

A área tem o objetivo de ser um espaço para promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida da população. Aprovada por unanimidade, a matéria atende aos anseios da comunidade do Monte Cristo e arredores.

Justificando a iniciativa, Cesar Júnior afirma que o espaço público, além de impedir a venda da área, intenção inicial da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), vai também gerar cidadania na região. Quadras poliesportivas,



Membros da Comissão de Finanças autorizam projeto que atende anseio de comunidade da capital

praça, ciclovias, pista de skate, instalações cobertas, auditório, salas de aula, centro comunitário e uma área verde estão previstos na proposta.

O projeto do Parque Metro-

politano da Grande Florianópolis foi elaborado por professores do curso de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Após receber

parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Finanças e Tributação, a matéria segue agora para deliberação na Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

## Investimentos em segurança pública

Na reunião da Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), também foi aprovado Projeto de Lei nº 428/07, que autoriza a implantação de salas de videoaudiência nos estabelecimentos prisionais do estado. O PL segue para apreciação da Comissão de Segurança Pública da Casa.

A matéria é de autoria do deputado estadual pelo PMDB, desembargador João Henrique Blasi. Segundo o relator Marcos Vieira, o PL traz grandes benefícios ao estado. Os objetivos são garantir segurança à população, eliminando os riscos de tentativas de resgate durante o deslocamento do preso ao fórum, bem como economizar recursos públicos em combustíveis e desgaste de viaturas.

## Tainha em discussão

Solon Soares



Deputados querem discutir a captura do peixe no litoral catarinense

A Comissão de Aquicultura e Pesca da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT), vai promover, dia 15, reunião com representantes dos pescadores artesanais, Fatma, Ibama e Polícia Ambiental para discutir a pesca da tainha no litoral catarinense.

"Todo ano temos polêmica sobre o balizamento da pesca da tainha, especificamente a definição das categorias da pesca embarcada e da pesca de praia", disse o presidente da Federação dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina, Ivo da Silva. A captura da tainha no litoral catarinense começa no dia 15 de maio.

Os deputados também marcaram para o dia 29 de abril reunião para debater a aposentadoria especial dos pescadores e o seguro-defeso.

O encontro terá a participação de representantes do Sindicato dos Pescadores Industriais e do sindicato patronal, além da Superintendência Regional do Trabalho (SRT/SC).

Os membros da Comissão definiram ainda que o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, deverá ser convidado para participar de uma sessão plenária da Assembleia para falar das políticas do setor previstas para Santa Catarina.

## Projeto corrige falhas de lei do cheque

A Comissão de Economia, Ciências e Tecnologia aprovou, dia 31, o Projeto de Lei 01/09, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), que pretende alterar a utilização do cheque em estabelecimentos comerciais. A proposta, que recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, agora, na de Economia, já está pronta para ser apreciada em Plenário.

Conforme o deputado Silvio Dreveck (PP), presidente da comissão e relator do projeto, o PL tem objetivo de corrigir falhas causadas pela entrada em vigor da Lei 14.649/09, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PMDB).

Desde que esta lei entrou em vigor, em janeiro deste ano, o comerciante que aceitar cheque como forma de pagamento fica proibido de exigir tempo



Dreveck: restabelecer a normalidade

de abertura de conta corrente bancária e só poderá abster-se de recebê-lo quando o titular da conta estiver com restrição no CDL, o SPC ou o Serasa, ou quando o consumidor não for o titular da conta apresentada, sob pena de receber multa no valor de cinco salários mínimos.

No caso de reincidência, a multa será de 10 salários mínimos por cada caso verificado.

A nova proposta diz que o comerciante deverá estabelecer as condições de forma clara, permitindo também ao consumidor que as conheça antecipadamente. Portanto, o comerciante está obrigado a fixar a lei - caso seja aprovada - e as normas em local visível para que o consumidor tenha acesso antes de fazer as compras.

Dreveck justifica em seu parecer que a matéria disposta na lei é de competência do Banco Central, pois legisla sobre o sistema financeiro. "Estamos corrigindo uma falha que trouxe muitos transtornos e prejuízos. Com esta alteração vamos restabelecer a normalidade entre a atividade econômica e o consumidor", ressaltou.

## Deputados querem audiência sobre BR-101

Durante a sessão ordinária do dia 1º os deputados Valmir Comin (PP) e Manoel Mota (PMDB) demonstraram preocupação com as obras de duplicação do trecho Sul da BR-101. Comin solicitou que a Comissão de Transportes

realize uma audiência pública com a Superintendência do DNIT no estado, da Polícia Rodoviária Federal, secretarias de Estado relacionadas às obras, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Federação Cata-

rinense de Municípios (Fecam), além dos prefeitos e presidentes das associações municipais com limites paralelos à rodovia. Comin ressaltou que a reunião é necessária, pois alguns trechos estão com as obras paralisadas.

# PLENÁRIO



Carlos Kilian

Plenário analisa apenas duas das sete mensagens do Executivo; ambas de autoria do deputado Rogério Mendonça

## Mantido veto da licença maternidade

Das sete mensagens de veto que constavam na ordem do dia da sessão ordinária do dia 1º, apenas duas foram apreciadas pelo Parlamento. O primeiro veto era ao Projeto de Lei Complementar nº. 027/08, que aumenta a licença maternidade de 120 para 180 dias para servidoras públicas estaduais. O segundo foi imposto ao Projeto de Lei nº. 320/08, que denomina de José Lino Franzen o prédio que abriga a Casa da Cidadania de Leoberto Leal. Ambos os projetos, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), acabaram mantidos pelo parlamentares presentes.

O único veto que provocou

debate foi o que amplia o período de licença maternidade. O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), justificou a medida por conta de vício de origem na proposta, acarretando inconstitucionalidade. Em virtude de gerar ônus para o governo do Estado, caberia ao Executivo a iniciativa de tal mudança na Constituição estadual, o que de fato deve ocorrer. Segundo o deputado Gelson Merísio (DEM), "já tramita nas comissões técnicas projeto com este conteúdo".

Os demais vetos retirados de pauta foram: o PL nº. 332/07, de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB), que aborda proteção

e defesa dos consumidores de combustíveis; o PL nº. 061/07, do deputado Pedro Uczai (PT), que institui o Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no estado; o PL nº. 254/08, de origem governamental e vetado parcialmente por conta de alterações feitas pela Casa; o PL nº. 149/07, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Assistência Psicológica aos Servidores da Segurança Pública; e o PLC nº. 026/07, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), que institui seis Regiões Metropolitanas em Santa Catarina.

## Pedidos de Informação

Três pedidos de informação foram aprovados na ordem do dia 2. O primeiro, do deputado Dirceu Dresch (PT), solicita ao governador do Estado e ao presidente da Casan informações sobre os municípios que aderiram ao edital para seleção e que receberam apoio para elaboração de seus planos municipais de saneamento.

O segundo, também do parlamentar petista, pede ao Executivo e aos secretários da Fazenda, do Planejamento, da Assistência Social, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, da Educação, da Infraestrutura e da Saúde, e ao diretor estadual da Defesa Civil, informações sobre a previsão para repasses financeiros específicos para a construção de ponte em Jacinto Machado. O terceiro e último pedido de informação aprovado coube ao deputado Sargento Soares. O pedetista pede ao governo do Estado e ao secretário da Saúde informações sobre quais são os projetos, proponentes e recursos do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura, do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo e do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte.

## Deputados lembram golpe

A passagem dos 45 anos do golpe militar foi destacada em Plenário, dia 1º, pelos peemedebistas Ada De Luca e Edison Andriano e pelo líder do PDT, Sargento Amauri Soares. Lembraram que aquele período não pode ser esquecido, porque destruiu famílias e mergulhou o país em "dias cinzentos". "Quem tiver mais de 40 anos com certeza tem lembranças do capítulo negro vivenciado pelos brasileiros", frisou Ada.

Segundo a deputada, o golpe militar planejado por grupos que

dominavam a economia do país alavancou um processo negativo, gerando atraso no desenvolvimento econômico e social do país e acarretando dívidas externas vultosas para o Brasil. "Lembrar a história é cobrar respostas de muitos fatos que aconteceram na época como enriquecimentos ilícitos, o dismantelamento da rede férrea nacional, o uso de empresas públicas em espionagem, pagamento por navios que jamais foram construídos ou entregues, entre outros absurdos."

## Vereador de Blumenau pede apoio

O vereador de Blumenau, Fábio Fiedler (DEM), apresentou, dia 1º, na Assembleia, um relatório sobre os investimentos na reconstrução do município, após a tragédia de novembro de 2008. Como presidente da Comissão Especial dos Recursos Investidos na Reconstrução de Blumenau, Fiedler afirmou que a maior fatia do dinheiro investido até hoje vem do governo municipal, R\$ 21,8 milhões.

Depois aparece na lista o governo estadual, com R\$ 10,4 milhões, e, por último, o governo

federal, com R\$ 9 milhões. "O município vem vencendo dificuldades diárias. Blumenau passou pela maior catástrofe da história do país e merece ser reerguida."

De acordo com o vereador, a sua visita à Assembleia teve objetivo de sensibilizar o Parlamento. "Depois de quase três meses, continuamos lutando diariamente para reconstruir o município. Continuamos buscando soluções e por isso precisamos dar as mãos. Esta Casa tem um papel importante a exercer, que é o da pressão política", completou.

## [ GABINETES ]

### HOSPITAL SANTA ISABEL

A deputada Ana Paula Lima (PT) anunciou, na tribuna da Assembleia Legislativa, dia 1º, a liberação de R\$ 4 milhões do governo federal para a reconstrução e custeio do Hospital Santa Isabel, de Blumenau. Segundo Ana Paula, só para a área da saúde já são R\$ 100 milhões liberados pelo governo federal em função das enchentes e deslizamentos de novembro de 2008 no estado. "Quando há bons projetos, os recursos são liberados. Só não são liberados quando falta competência na elaboração de projetos", criticou a deputada petista. A ação mais significativa do governo Lula na reconstrução de Blumenau, segundo Ana Paula, foi a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que injetou R\$ 500 milhões na cidade, fomentando a economia. Por outro lado, a deputada questionou quais os investimentos do governo do Estado e, principalmente, onde estão os quase R\$ 38 milhões doados pelo povo brasileiro. (Linete Martins)

### UNIVERSIDADE FEDERAL

O deputado estadual Pedro Uczai (PT) participou, dia 26, em Chapecó, de um seminário promovido pela comissão de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) para definir os primeiros cursos de graduação que serão oferecidos. Ao todo serão 35 cursos nos cinco campi da Universidade, que além da sede em Chapecó estará em Erechim (RS), Cerro Largo (RS), Laranjeiras do Sul (PR) e Realeza (PR).

Em Chapecó, serão 11 cursos, com 50 vagas cada: Administração, Agronomia, Ciências da Computação, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Pedagogia e Letras Português/Espanhol. A seleção será feita através do Enem e de um exame no final do ano, com início das aulas previsto para março de 2010.

O próximo trabalho da comissão será a elaboração do plano pedagógico e a contratação de professores, que deve ocorrer em meados do mês de julho. (Vagner Dalbosco)

### REFORMA POLÍTICA

A defesa da reforma política e do voto de lista foi feita da tribuna, dia 26, pelo deputado Rogério "Peninha" Mendonça (PMDB). Ele abordou o tema após comentar noticiário sobre suspeitas de corrupção envolvendo transações de uma grande empreiteira nacional e diversas siglas partidárias. "Isso tudo pode acabar com o financiamento público de campanhas e o estímulo ao voto ideológico, pois o eleitor fará suas opções levando em conta o conteúdo programático de cada partido", avalia o parlamentar.

Peninha disse que irá apresentar moção direcionada ao Congresso Nacional, propondo a aceleração dos debates sobre a reforma partidária e pedindo que o voto de lista seja contemplado na redação do projeto. "Vou apresentar a moção para tirar a febre desta Casa. Pode ser que eu esteja só, mas defenderei a ideia", avisou o peemedebista. (Evry Pedro Schmitt).

### FIM DOS PEDÁGIOS

O primeiro pedágio que o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) pagou dentro do território catarinense, na BR-116, em Correia Pinto, foi uma situação "desagradável". Como é desagradável também, em sua opinião, pegar desvios "mal feitos" ou enfrentar filas nas obras dos pedágios, como o que está acontecendo de forma crônica em Palhoça, onde fica o pior desvio da BR-101 Sul. "É um desrespeito, é uma coisa absurda", protestou o deputado durante audiência pública, dia 25, para discutir a praça que está em construção no Km 221 – dentro do perímetro urbano. O evento foi organizado pelo deputado Cesar Souza Júnior, líder dos Democratas. (Alexandre Brandão)

## COMUNIDADE

# “Diversos Olhares de Santa Catarina”

Festival de Integração Multicultural Catarinense, de 13 a 17 de maio, vai retratar nove regiões turísticas de SC

## Andreza de Souza

As nove regiões turísticas de Santa Catarina serão apresentadas à população no Festival de Integração Multicultural Catarinense (FIMC), de 13 a 17 de maio deste ano, no CentroSul, em Florianópolis. O evento foi lançado dia 2 com a presença de autoridades políticas, representantes da área turística e da imprensa local.

A segunda edição do festival, que tem como slogan “Diversos Olhares de Santa Catarina”, será realizada pelo Instituto Sustentar, numa promoção da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Funturismo, Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e do governo do Estado. O festival será realizado no mesmo período do World Travel & Tourism Council (WTTC), que acontece também no CentroSul. Cento e dois municípios catarinenses participaram da primeira edição, realizada em 1999.

Definido como inovador e diferenciado, o FIMC 2009 tem o objetivo de fazer as pessoas

conhecerem um pouco mais as diversidades das nove regiões turísticas do estado: Costa Verde & Mar, Vale do Contestado, Caminho dos Príncipes, Grande Oeste, Encantos do Sul, Caminho dos Cânions, Vale Europeu, Serra Catarinense e Grande Florianópolis. No espaço de cada uma dessas regiões será possível interagir com as riquezas culturais, naturais, históricas e gastronômicas, através de cenários multimídia e recursos cenográficos. A expectativa da organização do evento é de que pelo menos 50 mil pessoas participarão do festival.

Muito além de apenas mostrar as identidades regionais para o público, o festival também pretende ampliar o conhecimento dos alunos do ensino fundamental da Grande Florianópolis e valorizar a gastronomia típica de Santa Catarina. Serão 25 estandes equipados para preparação, apresentação e degustação dos produtos e pratos típicos catarinenses. Assim, num único espaço, o visitante poderá passear de Norte a Sul do estado, vivenciar momentos e ter a sensação de estar pessoalmente em cada local.



Jorginho Mello com prefeito de Caçador, Saulo Sperotto (E), e secretário Knaesel (D) no lançamento do evento

## Presidente destaca oportunidade histórica

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), destacou a participação do Poder Legislativo no festival e a oportunidade histórica e cultural que o público terá ao participar do evento. Ele ressaltou as potencialidades do estado e a grandiosidade do projeto.

“As pessoas irão conhecer a cultura de cada região do estado num único local. É por isso que a Assembleia está junto, para que esse projeto tenha sucesso. E tenho certeza que terá”, concluiu

Jorginho Mello.

“Um passo a mais na busca da regionalização turística”, avaliou o evento o secretário de Estado do Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel. O secretário frisou que o festival será um complemento ao WTTC, ao mesmo tempo em que irá aproveitar o momento para integrar municípios e parceiros turísticos.

“Pretendemos fortalecer a política da regionalização do turismo em nosso estado.” Knaesel terminou sua fala afirmando que

o FIMC “será uma grande vitrine para todos os municípios”.

Novamente falando dos potenciais turísticos, da diversidade cultural, histórica e gastronômica, além da grande oportunidade na busca por alternativas para melhorar a qualidade de vida da população, o vice-presidente da Fecam e prefeito de Caçador, Saulo Sperotto (PSDB), disse que o festival irá traduzir as potencialidades de cada município e região. “As pessoas irão conhecer o turismo de lazer e ricas histórias.”



Público acompanha lançamento do evento na Capital

## Saiba mais

**Festival de Integração Multicultural Catarinense – FIMC 2009**

**De 13 a 17 de maio**, no CentroSul em Florianópolis

**Promoção:** Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Funturismo, Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e do Governo do Estado

**Realização:** Instituto Sustentar

## CRIANÇAS DESAPARECIDAS



**Beatriz Alves Baia**  
Nascida em 08/11/2001  
Desaparecida em 20/04/2006  
Cidade: Belo Horizonte - MG



**Franciele da Silva**  
Nascido em 16/10/1992  
Desaparecido em 03/04/2007  
Cidade: Itajaí - SC



**Graciane da Silva Bandeira**  
Nascida em 02/07/1988  
Desaparecida em 10/10/2005  
Cidade: Paiçandu - PR



**Daniel Paulino Graciano**  
Nascido em 15/03/1996  
Desaparecido em 28/05/2007  
Cidade: Belo Horizonte - MG



**Greyce**  
Nascida em 26/07/2003  
Desaparecida em 27/09/2008  
Cidade: Palhoça - SC